



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2021/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SEDUC/RO

PROCESSO Nº: 0029.112134/2021-97

OBJETO: Reforma predial da E.E.E.F.M. Francisca Julia da Silva, no município de Castanheiras - RO.

Aos **três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um às 10h**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone 69 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº. 74/2021/SUPEL-CI**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas: **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI; E & J SERVIÇOS LTDA – ME e ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA. DA PRIMEIRA RECORRENTE: ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI** a empresa recorrente foi declarada INABILITADA em ata datada dia 17.08.2021, por **não ter apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital**. Afirma que o documento foi sim inserido juntamente com toda a documentação de habilitação apresentada pela empresa, página 115 numeração da empresa. Anexou a declaração ao recurso ora analisado, assinado pelo sócio administrativo da empresa recorrente. Afirma que é esta a declaração que deve ser apresentada no momento da entrega dos envelopes de habilitação e propostas de preços. E que ao inabilita-la a Comissão de Licitação tomou sua decisão de forma *“...evitada de formalismos excessivos, contraindo veladamente os princípios administrativos da razoabilidade e proporcionalidade...”*. **DO PEDIDO:** Pede a Comissão Permanente de Licitações de Obras/CPLO, que reverta a decisão anteriormente habilitando-a e tornado apta a prosseguir no certame em tela. **DA SEGUNDA RECORRENTE:** A **E & J SERVIÇOS LTDA – ME** contradiz em seu recurso apresentado a decisão da CPLO que a inabilitou em ata proferida 17.08.2021 por não ter comprovado capacitação técnica operacional para execução de subestação (posto de transformação), descumprindo o exigido no item 16.4 alínea "d" do edital. Alega em sua defesa que *“...há um forte posicionamento de que a compatibilidade entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de SIMILARIDADE e NÃO de IGUALDADE ...”*. Que *“...é admitida a comprovação da aptidão técnica por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior...”*. E ainda que a empresa recorrente comprovou através dos atestados de capacidade técnica apresentados a execução de objetos similares ao exigido para a qualificação técnica operacional. **DO PEDIDO:** Requer seja reformada a decisão anteriormente proferida pela CPLO a fim de habilitar a empresa recorrente no certame. **DA TERCEIRA RECORRENTE:** A **ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA** foi inabilitada no certame em tela pelo mesmo motivo da primeira recorrente, ou seja, **não ter apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital**. Em sua defesa, a terceira recorrente apresenta uma defesa semelhante a primeira, afirmando que a empresa apresentou a declaração que a empresa

contratará os egressos do sistema prisional assinada pelo sócio administrativo, e ainda que a declaração emitida pela SEJUS/RO só deverá ser apresentada pela empresa vencedora em momento oportuno. Que “...as exigências, direitos e deveres, estabelecidos no edital aos participantes devem – em respeito ao Art. 37 da CF – obedecer a Lei Geral de Licitações, ou seja a Lei nº 8666/93 (escolhida para este processo)...” Por último, traz a luz, a antiga exigência nos editais da apresentação do CRO emitida pelo extinto DEOSP-RO, buscando uma comparação para o caso presente, alegando que para obter aquele primeiro, era exigido taxas, que algumas licitantes, segundo a terceira recorrente, obtinham tratamento privilegiado da administração e etc. **DO PEDIDO:** Requer que seja reconsiderada a decisão proferida pela Comissão de Licitação em ata de 17.08.2021 que resultou na inabilitação da mesma. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contra Razões sendo que a empresa **ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA**. A empresa inicia citando o art. 3º da Lei 8.666/93 onde destaca:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O texto legal prima pela vinculação ao instrumento convocatório como forma de proteger os licitantes de decisões discricionárias dos agentes públicos e garantir a lisura nos processos. Afirma que a Comissão de Licitação julgou a documentação apresentada por todas as empresas participantes de forma objetiva, com parâmetro as normas estabelecidas no edital. Requer que seja mantida a decisão anteriormente proferida pela Comissão de Licitação. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de do dia 17.08.2021, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. **DA PRIMEIRA RECORRENTE e DA TERCEIRA RECORRENTE:** considerando que empresas recorrentes **ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI e ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA** foram inabilitadas pelo mesmo motivo no certame: **não terem apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital**, e suas as defesas ora apresentadas seguirem a mesma linha, ou seja, de que a declaração exigida no Anexo XI, supre a declaração exigida no item 16.1 alínea “f” do edital, ou que a emitida pela SEJUS-RO deva ser apresentada somente pela empresa declarada vencedora não procede, senão vejamos:

16.1- DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;

Essa é uma exigência editalícia. Mesmo sob as alegações de que tal exigência não está amparada pela Lei 8.666/93, ela está regulamentada por Decreto Estadual que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134/2009. Das 07 (sete) empresas que participam do certame, apenas as (02) duas recorrentes deixaram de apresentar o referido documento. Que deve ser destacado, sua emissão é gratuita, de fácil acesso, obtida na própria SEJUS/RO localizada no Palácio Rio Madeira – Complexo Político Administrativo – CPA. A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o prisma “*um peso e duas medidas*”. Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do edital **DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO**, o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação (art. 41 da Lei 8.66/93). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se

a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei. **DA SEGUNDA RECORRENTE: A E & J SERVIÇOS LTDA – ME:** Ao compulsar os autos, procedendo com o reexame da documentação apresentada pela empresa recorrente, concluiu que a inabilitou acertadamente pelo fato da mesma não ter comprovado aptidão técnica operacional para a perfeita execução do objeto. Conforme exigido no **Edital item 16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA::**

b) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) acompanhado da respectiva ART em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde comprove a execução anterior de obras, com características semelhantes ao objeto da licitação. Os atestados serão aceitos somente quando constarem o número e acompanhado da respectiva ART que lhe deu origem:

- Execução de estruturas metálicas;
- Execução de piso granilite;
- Execução de subestação (posto de transformação);

“As exigências relativas à capacidade técnica guardam amparo constitucional e não constituem, por si só, restrição indevida ao caráter competitivo de licitações conduzidas pelo Poder Público. Tais exigências, sejam elas de caráter técnico-profissional ou técnico-operacional, não podem ser desarrazoadas a ponto de comprometer o caráter competitivo do certame, **devendo tão-somente constituir garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações contratuais. Tais exigências (sic) ser sempre devidamente fundamentadas, de forma que fiquem demonstradas inequivocamente sua imprescindibilidade e pertinência em relação ao objeto licitado.** (Grifo nosso)” . Essa Comissão ressalta que o edital que rege a presente licitação em seu PREÂMBULO estabelece que o mesmo será regulamentado pela Lei Federal 8.666/93. Cabe transcrever a lição do mestre Hely Lopes Meirelles acerca do edital, segundo o qual: “ *A vinculação ao edital é princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O Edital é a lei interna de licitação e , como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41) “in” “Direito Administrativo Brasileiro”, Malheiros Editores, São Paulo, 29ª ed., 2004, p.268.* Portanto não atendeu a exigência do edital, estando inapta a prosseguir no certame. Já em relação aos apontamentos contidos na Contrarrazão apresentada pela empresa ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pleiteando manutenção da decisão proferida em ata data em 17.08.2021, esta Comissão verificou a procedência do pedido, acatando-o. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 17.08.2021, mantendo **INABILITADAS** as empresas **CONSTRUTORA JEP - CONSTRUÇÃO E PROJETOS CIVIL; GONÇALVES PEREIRA & CIA LIDA - ME ; ZIG ELETRICIDADE E CONSTRUÇÃO IMP E EXP EIRELI, TERRA FORTE EIRELI, ITA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, NEIANDER STORCH EIRELI e E & J SERVIÇOS LTDA - ME** e **HABILITADA** a empresa **ESFINGE OBRAS E SERVIÇOS LTDA** no presente certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos três dias do mês de setembro de 2021.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 03/09/2021, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 03/09/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 03/09/2021, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020462599** e o código CRC **6AC39A1C**.